SANTA CASA
DA MISERICORDIA

BRAGANÇA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS

2021

Índice

Nota Introdutória 3
Relatório de Atividades 5
Demonstrações Financeiras 9
Anexo às Demonstrações Financeiras 10

Nota Introdutória

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança, Instituição Particular de Solidariedade Social foi fundada por compromisso régio em 6 de Julho de 1518.
É uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs, sendo também reconhecida a sua personalidade jurídica civil, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, pelo que é considerada uma entidade da economia social, nos termos da respetiva Lei de Bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Missão

Trabalhar para a qualidade de vida da região de Bragança através de desenvolvimento de atividades de intervenção social ou outras de resposta a necessidades da comunidade.

Visão

Ser Instituição de referência no apoio e resposta às necessidades e expectativas da comunidade, orientada pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs, nomeadamente no apoio social, pedagógico e na promoção da saúde.

Valores

Centralidade e dignidade da pessoa, solidariedade, transparência, inovação.

Neste âmbito e a fim de dar cumprimento ao Compromisso e Missão, Visão e Valores, a Instituição desenvolve atividades de intervenção social ou outras de resposta a necessidades da comunidade, nomeadamente:

- Apoiar a infância e juventude, pessoas idosas, pessoas com deficiência e incapacidade, pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Integração social e comunitária;
- Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, reabilitação e reintegração, designadamente através de unidades de cuidados continuados, serviços de diagnóstico, terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental, psiquiátrico e demências;
- Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de género;
- Colabora sempre que possível em parceria com outras entidades do sector social e público na resolução de problemas da comunidade.

São respostas sociais da Instituição, com Acordos de Cooperação em vigor, com Ministério da Segurança Social, Ministério da Educação e Ministério da Saúde:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Santa Teresa d' Ávila – 48 utentes;
- Estrutura Residencial par Pessoas Idosas Imaculada Conceição – 71 utentes;
- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Santa Isabel – 61 utentes;
- Centro de Dia – 11 utentes;
- Serviço de Apoio Domiciliário – 89 utentes;
- Centro Infantil Cinderela – 80 utentes;
- Centro Infantil da Côxa – 72 utentes;
- Centro Infantil S.João de Deus – 67 utentes;
- Creche Familiar/ Serviço de Amas – 40 utentes;
- Centro de Atividades de Tempos Livres – 57 utentes;
- Lar Residencial para Pessoas Portadoras de Deficiência – 64 utentes;
- Centro de Atividades Ocupacionais para Pessoas Portadoras de Deficiência – 75 utentes;
- Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Média Duração ou Reabilitação – 30 utentes;
- Unidade de Cuidados Continuados de Longa duração ou Manutenção – 25 utentes;
- Unidade de Cuidados Continuados Privado – 11 utentes;
- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social;
- Cantina Social – 25 beneficiários;
- Programa Operacional de Ajuda a Pessoas Mais Carenciadas – 128 beneficiários;
- Escola 1ºciclo do ensino básico – 32 utentes;

Entrámos em 2021 com um sentimento de esperança e de confiança.

Esperança de que o pior desta pandemia seria já passado e confiança de que a ciência e neste caso as vacinas nos iriam devolver a todos aquela normalidade que fazia parte da nossa vida sobretudo no convívio, na proximidade dos amigos, nas visitas dos familiares, nas saídas ao exterior, em tudo aquilo que o nosso desejo é mais forte – termos vida e podermos vivê-la.

Felizmente 2021 trouxe-nos uma boa parte desse nosso desejo, quer na vida nas unidades residenciais quer no mundo das crianças, também elas castigadas pela situação e cheias de vontade de brincar e de sorrir de novo, de forma despreocupada e sem restrições.

Para todas as entidades publicas e privadas e também na nossa Santa Casa, o compromisso com a luta contra o vírus foi um tempo de grande mobilização, de avaliar e reconhecer a necessidade de reestruturar alguns serviços, de ajustes e reformas na forma de prestação em muitos outros, melhorando a sua eficácia, de inovação conceptual e material, de modernização de equipamentos e sobretudo de alterar comportamentos e atitudes por forma a ajustá-los aos tempos de agora.

Muita coisa mudou porque a conjuntura a fez mudar, muitas outras coisas mudaram porque se percebeu que os métodos de antes não se ajustavam ás necessidades de hoje, algumas mudaram porque foram perdendo oportunidade e actualidade.

2021 obrigou a Santa Casa da Misericórdia de Bragança a grandes sacrifícios quer financeiros quer ao nível dos recursos humanos, porque foi o tempo entendido oportuno para introduzir as correcções que a melhoria da qualidade e da forma de prestar alguns serviços nos exigiam.

Nunca é fácil tomar opções difíceis.

Mas quando temos a convicção de que o sacrifício de agora nos faz crescer amanhã, de que as decisões agora tomadas, mesmo que mal compreendidas por alguns geram um melhor e mais sustentado futuro para a nossa Santa Casa, para os seu trabalhadores e para os seus utentes, a obrigação de quem tem a legitimidade para gerir é proceder nesse sentido.

Neste sentido e apesar de terem sido adotadas as medidas de forte restrição de direitos e liberdades, em especial no que respeita aos direitos de circulação e às liberdades económicas, procurando assim prevenir a transmissão do vírus e conter a expansão da doença, a aplicação das medidas previstas em Decreto do Presidente da República:

Proibição de saídas e entradas de utentes e familiares às Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Lar Residencial do Centro de Educação Especial e Unidade de Cuidados Continuados;

- Encerramento da Escola do 1º ciclo do ensino básico Dr. Diogo Albino de Sá Vargas, dos Centros Infantis, Creche Familiar, Centro de Atividades Ocupacionais do Centro de Educação Especial e Centro de Dia.
- Aquisição de produtos de desinfeção pessoal e higienização de espaços e de equipamento de proteção individual para colaboradores e utentes;

- Restrições na admissão de novos utentes nas respostas sociais Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas;
- Colocação de colaboradores em teletrabalho;
- Adequação às necessidades educativas das crianças das respostas Pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, através de plataformas informáticas, garantindo as metas de aprendizagem;
- Reforço das equipas de trabalho das respostas sociais Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas e Lar Residencial do CEE, Creche e Pré-escolar, bem como da Unidade de Cuidados Continuados, recorrendo à Medida de Apoio Reforço de Emergência dos Equipamentos Sociais e de Saúde. Esta Medida implica a obrigação da Instituição do pagamento do subsídio de alimentação, seguro de acidentes de trabalho e bolsa, sendo a contrapartida do IEFP o reembolso à Instituição de 90% do valor da bolsa de cada beneficiário. Esta situação deveu-se a vários fatores:

    a. Ausência de colaboradores enquadrados na medida de apoio à família para acompanhamento de filhos menores de 12 anos cujos estabelecimentos de ensino encerraram;
    b. Situação de isolamento profilático decretado pela Autoridade de Saúde local;
    c. Situações de doença (COVID-19);

Este acontecimento imprevisível em 2021, pandemia SARS COV 2 (COVID-19), afetou de forma significativa o exercício corrente, nas dimensões de receitas e custos inerentes ao desempenho desta Instituição.

Assim, e no que diz respeito às receitas:

- Diminuição de receitas (Vendas e serviços prestados), em virtude da ausência da frequência das respostas sociais creche, pré-escolar, centro de atividades de tempos livres, centro de dia, centro de atividades ocupacionais e da Escola do 1º ciclo do ensino básico, que obrigou à redução do valor das mensalidades nos meses de março a junho 2021;
- Diminuição de receitas dos utentes das Estruturas Residenciais para Pessoas, Unidade de Cuidados Continuados e Centro de Educação Especial,
- A diminuição relatada no ponto anterior também se deveu ao facto de não ser possível a ocupação imediata das vagas que foram surgindo, por motivos de ordem sanitária e realização de obras de beneficiação das instalações sanitárias nas ERPI´s;
- Celebração de acordos de reconhecimento de valores em divida de utentes e celebração de acordos de pagamento;

No que diz respeito aos custos verificou-se:

- Aumento de custos resultante da aquisição de material desinfetante (pessoal e de espaços) material necessário à prática dos procedimentos estipulados pela Direção Geral de Saúde para contenção do surto COVID-19 e evitar contágio pelo vírus;

- Aumento dos custos resultante da aquisição de material de proteção individual para colaboradores e utentes (máscaras faciais, viseiras, cobre botas, toucas, cobre botas, luvas, fatos, óculos, aventais, colocação de divisórias nos locais de atendimento); Além de não ser material que a Instituição tenha regularmente em stock, os preços de aquisição destes produtos bem como dos produtos indicados no ponto anterior foram muito superiores ao "normal" devido à elevada procura e escassez no mercado;

- Aumento dos custos com pessoal, derivado do facto de ser necessário manter em pleno funcionamento, com as devidas medidas de confinamento e isolamento dos utentes, as respostas sociais Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Unidade de Cuidados Continuados e Lar Residencial do Centro de Educação Especial, Sendo necessário reforçar as equipas e alterar horários de trabalho em todas as respostas sociais, apesar de não ter recorrido à medida lay-off por esta Instituição não reunir as condições previstas;

- Pagamento considerável na atualização salarial das Educadoras de Infância e Professoras, com inclusão de indemnizações;
- Fundo de Reestruturação do Sector Social – reiniciou em 2021 o pagamento da prestação;
- Pagamento das contribuições para a Segurança Social, devidas dos anos anteriores;
- Reconhecimento e reversão de receitas em despesa, ex: subsídio Escola Primária;
- Aumentos de preços no que concerne aos custos da energia, fluidos e bens alimentares;
- Facto relevante no exercício 2021 foi a tomada de decisão do apuramento do justo valor do Contrato Misto Atípico de Gestão e Comodato do equipamento social Centro Educação Especial. Este apuramento resulta do facto de a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo considerar que este tipo de direitos, desde que geradores de benefícios económicos futuros, podem ser considerados como ativos intangíveis. Nesta conformidade e por se considerar estarem reunidas as condições para se proceder à sua revelação contabilística, dado tratar-se de um bem/ direito, o qual constitui um direito controlável pela Instituição e perfeitamente mensurável, procedeu-se ao seu registo contabilístico nos termos previstos na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo, tendo sido apurado o valor de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil Euros), no período de vida remanescente do contrato de comodato, ou seja, entre 01 de Setembro de 2020 (data do reconhecimento contabilístico desde direito) até 31 de Agosto de 2033 (data fim do contrato de Comodato). Este facto alterou substancialmente a rubrica dos Fundos Patrimoniais da Instituição.

Em abril de 2021 retomou o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.

Procedeu-se à realização de um empréstimo junto do Banco Eurobic, em conformidade com deliberação da Assembleia Geral, sendo canalizado o valor para pagamento do empréstimo à Caixa de Crédito Agrícola e alguns fornecedores.

Manteve o apoio no âmbito do Protocolo de Cantinas Sociais e aumentou o número de beneficiários do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, aumentando o número de beneficiários diretos.

Na medida do possível, os colaboradores frequentaram ações de formação profissional.

Reconhecemos e agradecemos a todas as entidades, publicas e privadas, a solidariedade que demonstraram com a Santa Casa da Misericórdia de Bragança, e que desde o primeiro momento se disponibilizaram, na medida das suas possibilidades, a ajudar a preservar a saúde e o bem-estar dos nossos utentes, e a ultrapassar as dificuldades. A todas, sem esquecer nenhuma, deixamos o nosso profundo e publico reconhecimento e agradecimento.

A Mesa Administrativa agradece e reconhece a todos e a cada colaborador a sua dedicação, presença, o esforço muitas vezes sobre-humano, mas sempre com sentido de missão e serviço e entrega ao próximo, que de uma forma abnegada colocou em práticas as Obras da Misericórdia, deixando muitas das vezes as suas preocupações, os medos pessoais e a família para trás, para estar onde sentiam que deviam estar.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período Findo em 31 de Dezembro de 2021

Montantes expressos em Euros

RUBRICA	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2021	31-12-2020
Vendas e serviços prestados	14	1 972 782.37	2 309 578.73
Subsídios, doações e legados à exploração	15	5 218 172.21	4 850 039.31
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-803 874.17	-862 642.18
Fornecimentos e serviços externos	16	-948 736.47	-970 514.02
Gastos com o pessoal	17	-5 905 062.82	-5 298 717.25
Imparidades	7	0.00	0.00
Reversões		692.62	0.00
Outros rendimentos	18	205 652.71	218 355.90
Outros gastos	19	-27 988.57	-5 677.69
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**-288 362.12**	**240 422.80**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-261 828.47	-337 921.53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**-550 190.59**	**-97 498.73**
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	20	-137 764.81	-95 864.73
Resultado antes de impostos		**-687 955.40**	**-193 363.46**
Imposto sobre o Rendimento do Período		0.00	0.00
Resultado Líquido do Período		**-687 955.40**	**-193 363.46**

Bragança, 07 de Março de 2022

Contabilista Certificado,

Membro nº 89124

Mesa Administrativa,

BALANÇO

Período Findo em 31 de Dezembro de 2021

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	Notas	DATAS 31-12-2021	DATAS 31-12-2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	5	3 048 974.85	3 070 971.00
Ativos Intangíveis	5	1 346 153.84	1 461 538.46
Outros créditos e ativos não Correntes		58 685.91	51 363.87
		4 453 814.60	**4 583 873.33**
Activo corrente			
Inventários	6	95 927.16	150 338.35
Créditos a Receber			
Clientes/Utentes/Arrendatários	7	1 137 376.34	1 197 721.92
Adiantamento a Fornecedores	7	41 008.05	40 435.64
Estado e outros entes públicos	13	18 909.41	8 812.86
Irmãos	7	20 123.84	16 524.84
Outras contas a receber	7	798 439.84	635 328.08
Diferimentos	8	157 884.10	16 983.45
Caixa e Depósitos Bancários	7	23 012.41	77 275.26
		2 292 681.15	**2 143 420.40**
TOTAL DO ACTIVO		**6 746 495.75**	**6 727 293.73**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		1 569 642.64	1 569 642.64
Resultados transitados		-4 575 711.54	-4 272 668.38
Excedentes de Revalorização		1 500 000.00	1 500 000.00
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10	2 218 031.62	2 232 810.80
		711 962.72	1 029 785.06
Resultado líquido do período		-687 955.40	-193 363.46
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	9	**24 007.32**	**836 421.60**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos Obtidos	11	3 137 604.27	1 405 558.89
Passivo corrente			
Fornecedores	11	1 339 580.42	1 907 288.35
Estado e outros entes públicos	13	146 330.97	699 670.12
Financiamentos Obtidos	11	381 408.22	382 567.29
Diferimentos	12	15 657.52	41 927.17
Outros Passivos Correntes	11	1 701 907.03	1 453 860.31
		3 584 884.16	4 485 313.24
TOTAL DO PASSIVO		**6 722 488.43**	**5 890 872.13**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		**6 746 495.75**	**6 727 293.73**

Bragança, 07 de Março de 2022

Contabilista Certificado,

Membro nº 89124

Anexo às Demonstrações Financeiras

SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
BRAGANÇA

Anexo às Demonstrações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2021

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança, pessoa coletiva nº 500 843 929, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos. Tem a sede na Rua Emídio Navarro em Bragança.

As Respostas que a Santa Casa dispõe atualmente são as seguintes:

- Creche Familiar / Serviço de Amas;
- Creche (Cinderela/ São João de Deus/ Coxa);
- Pré-escolar (Cinderela/ São João de Deus/ Coxa);
- Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico Dr. Diogo Albino Sá Vargas, (encerrou em Dezembro 2021);
- Atl Cinderela, (suspensa em Setembro 2021);
- Centro de Dia, (no ano de 2021 encontrou-se todo ano suspensa devido a Pandemia SARS COV2(COVID-19);
- ERPI (Estrutura Residencial para pessoas Idosas): Santa Teresa D`Avila/ Imaculada Conceição/ Santa Isabel;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Cantina Social;
- Centro de Educação Especial (CAO e Lar Residencial);
- Unidade de Cuidados Continuados (Longa Duração Manutenção e Reabilitação/ Média Duração e Reabilitação e Privados);
- Museu Etnográfico Dr. Belmiro Afonso;
- Bairro de Habitação Social Santa Isabel;
- RLIS(Rede Local de Intervenção Social),SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social);
- POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e às entidades do sector não lucrativo.

2.2 - No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições à normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ENSL).

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ESNL.

3.2 - Ativos fixos tangíveis

3.2.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Todas as classes de "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados, genericamente, ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, sendo que o valor residual dos bens depreciáveis é nulo.
Para o ano de 2021 a Mesa Administrativa entendeu que, indo de encontro à realidade da Instituição mostrou-se necessário ajustar as taxas de Depreciação, respeitando a NCRF-ESNL, desta forma foi considerado que todos os bens teriam uma via útil superior ao que estava a ser considera. Desta forma, existiu uma redução de 50% às taxas de depreciação quando comparadas com o ano de 2020.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;

Classe de Bens	Anos <2020	Ano 2021
Edifícios e Outras Construções	50	100
Edifícios e Outras Construções para a Saúde	20	40
Equipamento básico	7	14
Equipamento de transporte	4	8
Equipamento administrativo	5	10
Outros ativos fixos tangíveis	7	14

As vidas úteis e método de depreciações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo de Capital. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.4 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de aquisição, taxas associadas aos inventários e as despesas de transporte ou envio dos mesmos. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de ajustamentos em inventários".

3.5 Ativos e passivos financeiros

a) Clientes, Utentes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes, utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo.

d) Financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são registados ao custo.

3.6 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Fundo de Capital, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.8 Principais pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro – ESNL. Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.9 Principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas relacionam-se com a estimativa das vidas úteis de ativos fixos, com a responsabilidade associada a férias e subsídios de férias a pagar em 2022 relativos a 2021 e análise de imparidade de ativos e respetivos ajustamentos.

3.10 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Nos exercícios findos em 31-12-2021 e 31-12-2020 não se verificaram as seguintes situações:

I. Aplicação inicial da NCRF;
II. Alteração voluntária em políticas contabilísticas;
III. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espere que tenham efeito em períodos futuros;
IV. Erros materiais de períodos anteriores.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2021

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos							
Saldo inicial	83 055.30	6 336 278.31	1 839 155.61	305 279.51	613 395.54	36 346.34	**9 213 510.61**
Aquisições	21 072.30	63 216.92	5 282.03		1 742.38		**91 313.63**
Alienações							
Doações							
Abates							
Ativos Fixos Tangiveis em curso		33 134.07					**33 134.07**
Saldo final	**104 127.60**	**6 432 629.30**	**1 844 437.64**	**305 279.51**	**615 137.92**	**36 346.34**	**9 337 958.31**
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	2 371.97	3 204 967.88	1 962 672.74	307 417.24	633 233.25	31 876.53	**6 142 539.61**
Amortizações do exercício		116 123.71	21 017.63	3 290.39	6 012.12		**146 443.85**
Perdas por imparidade do exercício							
Reversões de perdas por imparidade							
Alienações							
Regularização							
Abates							
Saldo final	**2 371.97**	**3 321 091.59**	**1 983 690.37**	**310 707.63**	**639 245.37**	**31 876.53**	**6 288 983.46**
Ativos líquidos	**101 755.63**	**3 111 537.71**	**-139 252.73**	**-5 428.12**	**-24 107.45**	**4 469.81**	**3 048 974.85**

As depreciações destes ativos foram calculadas segundo o método das quotas constantes, para os bens adquiridos a partir do exercício de 2013, de acordo com a NCRF – ESNL, que para o efeito coincidem com as taxas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90, de 12 de Janeiro, para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009, e no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O saldo dos Ativos Fixos Tangíveis em curso diz respeito à remodelação e adaptação das instalações sanitários dos ERPI´s e à remodelação e reconversão da cozinha da SCMB.

Existência de quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que foram dados como garantia de passivos.

A normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo prevê o reconhecimento de ativo intangível associado a contratos de comodato em vigor. A 31-12-2021, estavam vigentes dois contratos de

Comodato, conforme detalhe abaixo.

Local	Entidade Cedente	Data do Contrato	Duração
Centro Infantil Coxa Rua Padre António Vieira	Instituito da Segurança Social	14-01-1993	3 Anos Renováveis
Centro de Educação Especial Rua Vale D'Álvaro	Instituito da Segurança Social	01-09-2013	20 Anos Renováveis

	Contrato Comodato CEE	
	2021	**2020**
Ativos		
Saldo inicial	1 500 000.00	0.00
Aquisições	0.00	1 500 000.00
Alienações	0.00	0.00
Doações	0.00	0.00
Abates	0.00	0.00
Saldo final	1 500 000.00	1 500 000.00
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	38 461.54	0.00
Amortizações do exercício	115 384.62	38 461.54
Perdas por imparidade do exercício	0.00	0.00
Reversões de perdas por imparidade	0.00	0.00
Alienações	0.00	0.00
Regularização	0.00	0.00
Abates	0.00	0.00
Saldo final	153 846.16	38 461.54
Ativos líquidos	**1 346 153.84**	**1 461 538.46**

O saldo dos Ativos Intangíveis a 31-12-2021 de 1 346 153,84€ é referente ao contrato de comodato do Equipamento Centro de Educação Especial, nomeadamente das respostas sociais Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial.
O critério seguido para o apuramento do valor teve por base o período de vida útil remanescente, ou seja, 13 anos contados entre 1 de setembro de 2020 e 31 de agosto de 2033.

6 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2021			2020		
	Montante bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MP, Subsidiai	95.927,16	0,00	95.927,16	150.338,35	0,00	150.338,35
Saldo final	**95.927,16**	**0,00**	**95.927,16**	**150.338,35**	**0,00**	**150.338,35**

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 2021 e 2022 é detalhado conforme se segue:

	2021				2020			
	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Outros	Total
Saldo inicial	0,00	150.338,35	0,00	150.338,35	0,00	91.256,73	0,00	91.256,73
Compras	0,00	749.462,98	0,00	749.462,98	0,00	921.723,80	0,00	921.723,80
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	95.927,16	0,00	95.927,16	0,00	150.338,35	0,00	150.338,35
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	**0,00**	**803.874,17**	**0,00**	**803.874,17**	**0,00**	**862.642,18**	**0,00**	**862.642,18**

Não se mostrou necessário o reconhecimento de qualquer perda por imparidade relativo a este ativo.

7 ACTIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros são as apresentadas a seguir:

ACTIVOS FINANCEIROS	2021			2020		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	3.010,94	0,00	5.229,11	8.357,63	0,00	8.156,96
Depósitos à Ordem	19.667,77	0,00	3.286,48	68.583,93	0,00	3.662,53
Outros Depósitos Bancários	333,70	0,00	333,70	333,70	0,00	333,70
	23.012,41	**0,00**	**8.849,29**	**77.275,26**	**0,00**	**12.153,19**
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Clientes, Utentes e Arrendatários	1.267.382,13	130.005,79	1.137.376,34	1.328.420,33	130.698,41	1.197.721,92
Adiantamento a Fornecedores	41.008,05	0,00	41.008,05	40.435,64	0,00	40.435,64
Irmãos	20.123,84	0,00	20.123,84	16.524,84	0,00	16.524,84
Outras Contas a Receber	798.439,84	0,00	798.439,84	635.328,08	0,00	635.328,08
	2.126.953,86	130.005,79	1.996.948,07	2.020.708,89	130.698,41	1.890.010,48
	2.149.966,27	**130.005,79**	**2.005.797,36**	**2.097.984,15**	**130.698,41**	**1.902.163,67**

É espectável que a totalidade dos montantes de contas a receber sejam realizáveis no período de 12 meses, uma vez que fomos informados pela Mesa Administrativa de que estão a decorrer um conjunto de diligencias na tentativa de receber todos os valores que se encontram em divida pelos nossos utentes, vindo a serem objeto de planos prestacionais pelos próprios utentes ou seus encarregados/responsáveis, razão pela qual se apresentam no Ativo Corrente.

O saldo a receber de utentes, no valor de 847 482,09€ respeita a mensalidades e extras processados até 31.12.2021, decorrente de prestações de serviços efetuadas pela Instituição. Para além deste montante, o valor do ativo apresentado engloba saldos a receber de clientes (valor de 277 619,60 €) e arrendatários (valor de 12 275,03€), pela prestação de serviços na Unidade de Cuidados Continuados e pelo arrendamento de imóveis da Instituição, respetivamente.

A Rubrica de "Outras contas a receber" apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Devedores por Ac. Rendimentos	301.445,97	172.301,89
Outros Devedores	495.623,87	461656,19
Pessoal	1370,00	1370,00
	798.439,84	**635.328,08**

A rubrica "Devedores por Acréscimos de Rendimentos" é composta essencialmente pelo Programa de Expansão e Desenvolvimento Pré-Escolar no valor de 169 820,28€, rendimentos UCCI no valor de 15 039,88€ e pela prestação de serviços na Cantina Social com um valor de 1 937,50. Também engloba os Acertos dos Acordos de Cooperação no valor de 114 648,31€ que acontecem no ano de 2022, da valência SAAS no valor de 68 884,65€ que corresponde de Abril a Dezembro de 2021, da valência Lar Sta. Teresa que por se encontrar em obras a Segurança Social irá pagar 50% do valor da comparticipação dos utentes protocolados no valor de 69 396,00€ segundo a Portaria nº218-D/2019 de 15 de Julho (Artigo 18.º variação de frequência) a e o restante valor são das diversas valências.

A rubrica "Outros Devedores" apresenta os montantes que nos faltam receber dos projetos, POISE-Formação Saúde, POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas), IEFP relativo a bolsas de estágios e MAREES, bem como montantes relativos a financiamentos do Portugal 2020 cujas candidaturas foram aprovadas em 2020 e o PRR(Plano de Recuperação e Resiliência) aprovado em 2021.

8 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 2021 e em 2020 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Gastos a Reconhecer	157.884,10	21.719,21
	157.884,10	**21.719,21**

A rubrica de "Gastos a Reconhecer" em 2021 é composta, essencialmente, por diferimentos de prémios de seguros e de outros gastos referentes a 2022 ou anos posteriores.

Encontram-se registadas nestas rubricas indeminizações já pagas às Professoras do ensino escolar, cujas valências foram encerradas no ano de 2021, por motivos reestruturais e de viabilidade económica da Instituição. Encontra-se devidamente homologado um plano de Reestruturação estrutural e Financeira que teve início em Novembro 2021 e se prolongará por 60 meses. Neste sentido, estes custos são considerados em duodécimos.

9 FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundos

A Instituição foi criada em 1518 com um fundo inicial que se mantém sem variação até à data, no valor de 1 569 642,64€.

Resultados Transitados

A variação ocorrida em Resultados Transitados resulta da aplicação do resultado líquido negativo do ano anterior, no montante de 193 363,46€, de acordo com a Ata da Assembleia Geral.
Temos ainda nesta rúbrica correções também elas negativas no valor de 109 679,70€, respeitantes a períodos anteriores, nomeadamente, referentes aos montantes suportados pela instituição ao assumir o encargo com o subsídio da Dren não recebido dos anos de 2017 a 2020.

Aplicação de resultados

De acordo com a ata da Assembleia Geral, o resultado líquido negativo do ano anterior, no montante de 193 363,46 € foi aplicado na totalidade em Resultados Transitados.

Excedentes de Revalorização

O critério seguido para o apuramento do valor teve por base o período de vida útil remanescente, ou seja, 13 anos contados entre 1 de setembro de 2020 e 31 de agosto de 2033.
Os resultados de exploração das duas valências que integram o equipamento Centro de Educação Especial, com referência ao ano 2019, pressupondo que os resultados dos próximos anos não irão diferir significativamente dos atuais.
Para atualização dos cash-flows foi utilizada a taxa de 4%.
Da conjugação destes elementos, apurou – se um valor a atribuir a este direito no valor de 1 500 000,00€.

10 SUBSIDIOS E APOIOS DO ESTADO, AUTARQUIAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES

Os subsídios recebidos do Estado, Autarquias e Outras Instituições reconhecidos na rubrica de Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 referem-se, a apoios concedidos no âmbito da Construção da Unidade de Cuidados Continuados e Integrados (UCCI), no valor de 1 635 459,31€, na remodelação e adaptação das instalações sanitárias dos ERPI´S Lar Sta. Teresa D´Ávila, Imaculada Conceição e Sta. Isabel no valor de 142 950,00€ e na remodelação e reconversão da cozinha da Santa Casa da Misericordia de Bragança no valor de 189 000,00€.

	2021	2020
Subsidios		
Piddac	78 009.09	84 689.14
CA. Autocarro	4 292.00	5 720.00
CDSS Bragança	0.00	0.00
CCDR-N	1 210 409.31	1 268 438.08
Camara Municipal de Braganç	187 500.00	195 000.00
CMB- Projecto 06/2007-2014	50 050.00	53 380.00
CMB- Projecto 06/2007-2015	62 500.00	65 000.00
CMB- Projecto 06/2007-2016	62 500.00	65 000.00
CMB- Compromisso 2774/201	62 500.00	65 000.00
CMB- Compromisso 4794/201	0.00	20.00
FSS Dp. 248/SUB/FSS/MSESS	24 029.15	18 761.56
Lojas ME23/24 Porto	23 135.55	23 395.50
Terreno Lojas ME23/24 Porto	8 665.00	8 665.00
Norte-FEDER-000568	142 950.00	142 950.00
Norte-FEDER-000413	189 000.00	189 000.00
Dação Artigo4402-P	29 700.00	0.00
Terreno Dação Artigo4402-P	10 000.00	0.00
PRR-RE-C03-i01-000135	25 000.00	0.00
	2 170 240.10	2 185 019.28

Subsídio	Saldo Inicial	Aumentos	Regularizações	Imputações do Exercício	Saldo Final
Subsídios relacionados com ativos:					
UCC - Feder	1 268 438.08			-58 028.77	1 210 409.31
UCC – Município de Bragança	195 000.00			-7 500.00	187 500.00
UCC – Projecto 06/2007-2014	53 380.00			-3 330.00	50 050.00
UCC – Projecto 06/2007-2015	65 000.00			-2 500.00	62 500.00
UCC – Projecto 06/2007-2016	65 000.00			-2 500.00	62 500.00
UCC – Projecto 06/2007-2017	65 000.00			-2 500.00	62 500.00
UCC – Compromisso -2018	20.00			-20.00	0.00
Subsídios PIDDAC/ValorN/CDSS	84 689.14			-6 680.05	78 009.09
CA. Autocarro	5 720.00			-1 428.00	4 292.00
FSS Dp.249/SUB/FSS/MSESS/2015	18 761.56		7 937.50	-2 669.91	24 029.15
Portugal 2020	331 950.00	25 000.00		0.00	356 950.00
Lojas ME23/24 Porto	23 395.50			-259.95	23 135.55
Terreno Lojas ME23/24 Porto	8 665.00			0.00	8 665.00
Dação Artigo4402-P	0.00	30 000.00		-300.00	29 700.00
Terreno Dação Artigo4402-P	0.00	10 000.00		0.00	10 000.00
	2 185 019.28	**65 000.00**	**7 937.50**	**-87 716.68**	**2 170 240.10**

No ano de 2021 verifica-se uma diminuição em 50% do valor imputado relativamente a 2020, uma vez que como já mencionado na nota 3.2.1 as taxas de amortização dos ativos fixos tangíveis a que estes subsídios estão atribuídos foram reduzidas em 50%, respeitando os princípios elencados na NCRF-ESNL.

O valor de 7 937,50€ foi imputado em excesso/indevidamente no ano de 2020.

11 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos correntes" apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente (saldos credores)	1.339.580,42	1.907.288,35
Outros passivos financeiros		
Outros Passivos Correntes	1.701.907,03	1.453.860,31
	3.041.487,45	**3.361.148,66**

A rubrica "Fornecedores", apresenta uma redução considerável quando comparada com o ano transato, pois foram contratualizados dois novos financiamentos para reduzir a divida, conseguindo assim melhores preços e descontos associados aos pagamentos das dividas.

Outros Passivos Correntes

Em 2021 e em 2020 a rubrica "Outros Passivos Correntes" apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Pessoal	0,00	1.300,42
Credores por Ac. Gastos	1.658.716,99	1.438.911,86
Outros Credores	43.190,04	13.648,03
	1.701.907,03	**1.453.860,31**

O montante relativo a "Outros Credores" é escrutinado essencialmente da seguinte forma, um montante global de 15 896,58€ a transferir para três Instituições, que são elas a S.C.M. de Vinhais, a Cáritas Diocesana de Bragança – Miranda e a Cruz Vermelha Portuguesa no âmbito do POAPMC. Temos ainda transferências não identificadas de 4 333,49€ e a devolução do incentivo à Normalização Art.Emp.0331/XA/21 no valor de 19 285€, uma vez que, não foram cumpridos os requisitos para o acesso a este incentivo já recebido.

O montante de credores por acréscimos de gastos diz respeito a:

	2021	2020
Remunerações a liquidar	828 504.14	770 977.14
Outros gastos a pagar	830 212.85	667 934.72
	1 658 716.99	**1 438 911.86**

O montante de Remunerações a Liquidar evidenciado acima respeita à estimativa de férias e subsídio de férias a processar em 2022, relativa aos direitos adquiridos referentes a 2021.

O montante de "Outros Gastos a Pagar" inclui gastos relativos a 2021 cujos documentos de suporte estão datados com o ano de 2022, bem como os gastos inerentes ao Centro de Educação Especial, mais concretamente, aos gastos com pessoal (quinze trabalhadores) afeto a este centro de custos, mas pertencendo aos quadros da Segurança Social (787 323,68€).

Financiamentos Obtidos

	2021	2020
Não Corrente		
Empréstimos Caixa Agrícola	0,00	354.480,21
Empréstimos Caixa Agrícola UCCI	0,00	917.478,68
C/Caucionada nº51009398285	0,00	0,00
Fundo Reestruturação. S.Solidario	50.100,00	133.600,00
Empréstimos EuroBic	2.087.504,27	0,00
Empréstimos Montepio Geral- 100425-8	500.000,00	0,00
Empréstimos Montepio Geral-100426-6	500.000,00	0,00
	3.137.604,27	1.405.558,89
Corrente		
Empréstimos Caixa Agrícola	0,00	19.498,62
Empréstimos Caixa Agrícola UCCI	0,00	26.018,79
C/Caucionada nº51009398285	0,00	270.000,00
Fundo Reestruturação. S.Solidario	83.500,00	66.800,00
Empréstimos EuroBic	130.325,01	0,00
C/Caucionada EuroBic nº83352332.40.001	161.000,00	0,00
Descobertos Bancários	6.583,21	249,88
	381.408,22	382.567,29
	3.519.012,49	**1.788.126,18**

No ano de 2021 a instituição liquidou todas as suas obrigações que detinha na Caixa de Crédito Agrícola, para tal, contraiu três novos financiamentos, um com o Montepio Geral um valor de 1 000 000,00€ e dois com o EuroBic, um de 2 250 000,00€ associada uma conta corrente caucionada no montante de 250 000,00€.

12 DIFERIMENTOS PASSIVOS

No final dos exercícios de 2021 e 2020 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2021	2020
Rendimentos a Reconhecer	15.657,52	41.927,17
	15.657,52	**41.927,17**

O saldo apresentado nesta rubrica tem por base os subsídios a imputar em exercícios futuros (POISE-Formação Saúde no montante de 8.972,93€, IEFP- 1.456,09€, Apoio Comp. À Execução, Casa Abrigo - Autonomização e Casa Abrigo, – no valor de 5.228,50€)

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2021 e em 2020 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2021		2020	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	35.695,70	0,00	28.738,24
Créditos I.G.F.S.S.	9.476,94	0,00	4.553,29	0,00
IVA- Reembolsos pedidos	9.432,47	0,00	4.259,57	0,00
Contribuições para a Segurança Social /CGA	0,00	101.024,75	0,00	94.005,61
Plano Prestacional a Segurança Social	0,00	0,00	0,00	566.777,37
Outros Impostos	0,00	9.610,52	0,00	10.148,90
	18.909,41	**146.330,97**	**8.812,86**	**699.670,12**

A rubrica de "Plano prestacional à Segurança Social". Todos os planos foram liquidados na íntegra em Fevereiro de 2021.

14 RÉDITO

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	2021	2020
Prestação de Serviços		
Utentes	1.839.215,98	2.200.354,20
Quotizações e Joias	5.169,00	4.516,00
Outros	128.397,39	104.708,53
	1.972.782,37	**2.309.578,73**

As Prestações de Serviços referem-se principalmente a mensalidades processadas aos utentes, por serviços prestados pela SCMB.

Em 2021 existe um decréscimo relativamente as prestações de serviços de utentes em Infância e Juventude, devido à gratuitidade de algumas crianças (Portaria n.º 271/2020), esta portaria entrou em vigor em Setembro 2020, pelo que apenas este ano se notam maiores diferenças. Existiram ainda devoluções ou compensações dos valores pagos em 2020 após setembro, ás crianças que se enquadravam na isenção, pois a Instituição continuou a cobrar o mesmo montante às crianças não tendo reajustado o valor das mensalidades. Em consequência da pandemia COVID-19 que o país e o mundo atravessam tivemos respostas sociais fechadas, como as creches, estas só foram abertas para situações urgentes e de carater essencial, conforme o exposto no decreto que declarou o estado de emergência, neste contexto a Instituição foi obrigada a fazer notas de crédito aos utentes, relativas ao período a que os utentes não frequentaram.

Nas prestações de serviços da terceira idade o impacto no valor das mensalidades é referente à diminuição de utentes, resultado de alguns falecimentos de âmbito natural e outros relacionados com os efeitos da COVID-19. Tivemos ainda o encerramento temporário do centro de dia, e em Junho iniciou-se a

remodelação e adaptação das instalações sanitárias do Lar Santa Teresa, não podendo admitir utentes por este motivo.

A rubrica "Outros" engloba, as receitas do bar, as rendas, donativos, esmolas, refeitório e serviço de apoio à realização de análises clínicas.

15 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios à Exploração nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 tem o seguinte detalhe:

Relação dos subsídios obtidos	Subsídios à Exploração Entidades Concedentes	Quantias concedidas 2021 Total	Quantias concedidas 2020 Total
1	Instituto da Segurança Social	3.688.537,91	3.318.468,52
2	POISE/RLIS	-2.275,19	54.669,62
3	POAPMC(Programa Operacional de Apoio às pessoas mais Carenciadas)	0,00	-1.693,80
4	Apoio à Execução POAPMC	1.382,40	12.812,80
5	POAPMC-01-74F7-FEAC-00095	5.376,18	5.376,18
6	IEFP	156.926,45	83.332,01
7	IFAP	3.227,79	2.224,93
8	POISE-Formação a Profissionais de Saú	3.762,79	4.911,77
9	Doações	4.391,91	43.911,94
10	IAPMEI-RMMG	13.646,75	0,00
11	Administ.Reg. de Saúde do Norte	1.053.008,13	1.018.678,34
12	Centro. Distr. da Seg. Soc.de Brag.	289.955,73	285.655,82
13	Companhia de Seguros Lusitania	231,36	4.829,52
14	Companhia de Seguros Liberty	0,00	1.453,44
15	SAD-PSP	0,00	420,54
16	Companhia de Seguros Zurich	0,00	5.342,04
17	Outros	0,00	9.645,64
	Total	5.218.172,21	4.850.039,31

Os rendimentos aqui registados respeitam, na sua maioria, a transferências recebidas do Instituto de Segurança Social a título de comparticipação nos serviços prestados de ação social. De referir que o valor de 1 343 195,22€ (pontos 11,12,13,14,15,16 e 17) são referentes à Unidade de Cuidados Continuados.

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 tem o seguinte detalhe:

	2021	2020
Trabalhos especializados	51.290,22	95.204,41
Publicidade e propaganda	2.187,70	3.154,85
Vigilância e segurança	0,00	1.261,59
Honorários	178.481,00	141.479,50
Conservação e reparação	32.532,66	34.925,32
Serviços Bancários	37.711,19	5.506,15
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	536,21	144,90
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	21,85	354,57
Artigos para oferta	3.833,62	4.783,13
Material Didático	13,98	0,00
Eletricidade	75.570,73	82.792,76
Combustíveis	180.199,02	161.009,21
Água	49.952,67	56.711,76
Deslocações e estadas	6.023,47	9.630,22
Rendas e alugueres	211.137,94	210.308,67
Comunicação	29.408,67	29.002,54
Seguros	19.082,55	17.560,93
Contencioso e notariado	3.635,31	393,68
Limpeza, higiene e conforto	0,00	0,00
Outros serviços	2.967,13	9.074,97
Custos Medicação/outros	59.718,39	103.632,37
Outros	4.432,16	3.582,48
	948.736,47	**970.514,02**

17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2021 e em 2020 é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Remunerações do pessoal	4.558.338,44	4.018.223,24
Indemnizações	4.725,79	
Encargos sobre remunerações	969.393,51	884.070,82
Seguros de ac. trabalho	37.521,00	37.076,80
Outros Gastos	335.084,08	359.346,39
	5.905.062,82	**5.298.717,25**

A rubrica "Outros Gastos" inclui o montante de Subsídio de Alimentação pago aos colaboradores em 2021 encontram-se registados 312 197,75 € e 327 634,92€ em 2020, temos também o registo da Medicina no trabalho no valor de 2 240,00€ em 2021 e 1 415,75€ em 2020.

O diferencial entre 2020 e 2021, está relacionado com a revisão das carreiras e o aumento do Salário Mínimo Nacional. Foi aprovada uma nova tabela salarial na Convenção Coletiva de trabalho na CNIS, seguindo-se por esta a nossa Instituição, existiu também atualização dos vencimentos. Com a pandemia Covid-19 foi aprovada uma medida (MARESS) pelo IEFP que consistia no apoio ao reforço de emergência dos equipamentos sociais e de saúde no valor de 164.215,63€, sendo este valor comparticipado pelo IEFP e é reembolsado à Instituição cerca de 90%.

O n.º médio de funcionários durante o ano de 2021e 2020 foi o que se detalha no quadro seguinte:

Descrição	Nº Funcionários (média 2021)	Nº Funcionários (média 2020)
Todas as respostas sociais	366	364

18 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 2021 e em 2020 é conforme se segue:

	2021	2020
Rendimentos Suplementares	0,00	15.405,96
Desconto Pronto Pagamento	13.949,94	25,81
Ganhos em inventários	48.273,31	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	4.944,85	1.786,05
Outros	138.484,61	201.138,08
	205.652,71	**218.355,90**

Em "Ganhos em inventários" encontra-se registado o valor do Rappel e de donativos em espécie.
Na rubrica de" Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros" são referentes a recebimentos de sinistros.

O saldo da rubrica "Outros" inclui essencialmente o valor relativo à imputação do subsídio ao investimento (detalhe nota 10) no valor de 79 779,18€ e a compensação por falta de aviso prévio dos colaboradores no montante de 26 128,26€.

19 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros Gastos" nos exercícios findos em 2021 e em 2020 é conforme se segue:

	2021	2020
Impostos	1.313,61	792,37
Outros	25.492,17	4.885,32
	26.805,78	**5.677,69**

O saldo da rubrica "Outros" inclui o valor relativo a quotizações da União das Misericórdias Portuguesas e da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, outros custos com correções relativas a períodos anteriores e a bolsas de estudo no âmbito da formação de Gestão de Stress prof. em saúde e Cuidados na saúde mental.

20 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A decomposição da rubrica de "Juros e Gastos Similares Suportados" nos exercícios findos em 2021 e em 2020 é conforme se segue:
O saldo desta rubrica diz na sua maioria respeito a juros suportados com empréstimos bancários.

	2021	2020
Juros de financiamentos obtidos	94.108,30	80.276,83
Comissões Rel. Financiamentos	8.179,55	
Juros Mora e Compensatórios	35.398,30	15.553,91
Outros Juros	78,66	33,99
	137.764,81	**95.864,73**

Escrutinando o saldo das diversas rubricas, em "Juros de Financiamentos obtidos", temos os juros e taxa de amortização antecipada das obrigações na CCAM, Juros dos restantes financiamentos e Fundo de Reestruturação Setor Social. As "Comissões", têm os montantes pagos pela abertura dos novos créditos e as comissões dos pagamentos prestacionais. Em "Juros de Mora e Compensatórios, estão associados aos pagamentos prestacionais da segurança social.

21 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não existem quaisquer acontecimentos após a data de balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem de divulgações adicionais.

Bragança,07 de Março de 2022

O Contabilista Certificado | **A Mesa Administrativa**